



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Subsecretaria de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2023

1- INTRODUÇÃO

1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA – SEFAZ/RJ com sede na Avenida Presidente Vargas, n.º 670 – Centro/Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 42.498.675/0001-52, que, devidamente autorizada pela Superintendente de Compras e Contratos, INGRID SASSEN PAZ SANTA BRIGIDA, Identidade Funcional n.º 5093543-7, na qualidade de Ordenadora de Despesas, designado através da Resolução SEFAZ n.º 461 de 03 de novembro de 2022, ora denominada Autoridade Competente, na forma do disposto no processo administrativo n.º **SEI-040070/000829/2022**, torna público este **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E OUTRAS RECEITAS ESTADUAIS, POR MEIO DA GUIA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE RECEITAS ESTADUAIS – GNRE E DO DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DARJ, por meio de inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei 8.666/1993.**

1.2 As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os participantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Estado e divulgadas por meio eletrônico na internet, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.3 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, e no portal eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a entrega de 01 (um) pacote de 500 (quinhentas) folhas de papel branco modelo A4, na sala da Coordenadoria Compras e Licitações da Secretaria de Estado de Fazenda no seguinte endereço: Avenida Presidente Vargas, n.º 670 – 11º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

1.4 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, em até 10 dias, a contar

da publicação deste edital de chamamento público, no seguinte endereço: Avenida Presidente Vargas, nº 670 – 11º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, de 09h às 18h, ou por meio do e-mail cpl@fazenda.gov.rj.br.

1.5 Caberá à (AUTORIDADE SUPERIOR) responder as impugnações e pedidos de esclarecimento deduzidos pelos potenciais participantes antes da realização da sessão, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados por quaisquer das formas de divulgação previstas no item 1.2 deste edital.

2 - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 O objeto do presente edital de chamamento público é o credenciamento de instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por inexigibilidade de licitação, com base no artigo 25, caput, da lei 8.666/93, para a prestação dos serviços de arrecadação de tributos e outras receitas estaduais, por meio da Guia Nacional de Recolhimento de Receitas Estaduais – GNRE e do Documento de Arrecadação do Estado do Rio de Janeiro – DARJ. especificados e quantificados na forma do Termo de Referência (Anexo I).

2.2 O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, VIII, 'b', da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

3- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 Não haverá indicação da dotação orçamentária uma vez que não se trata de contratação que ensejará dispêndio financeiro do Estado.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste chamamento público para credenciamento as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto a ser contratado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

4.2 Não serão admitidas no chamamento público para credenciamento as empresas punidas por:

a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02;

b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

4.3 Uma instituição financeira, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma instituição financeira participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

4.3.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.4 Não será permitida a participação no chamamento público das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

4.5 Não será permitida a participação em regime de consórcio.

5. CREDENCIAMENTO

5.1 As empresas participantes poderão ser representadas no chamamento público por seu representante legal, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo acompanhado da carteira de identidade, ou por procurador munido do instrumento procuratório, outorgado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida, com poderes expressos para o seu representante formular ofertas e lances de preços na sessão, manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

5.2 A documentação referida no item 5.1 poderá ser substituída pela Carta de Credenciamento (Anexo IV), a qual deverá ser apresentada juntamente com a carteira de identidade do credenciado e documento que comprove a representação legal do outorgante.

5.3 Os documentos mencionados nos itens 5.1 e 5.2 deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

5.4 As instituições financeiras poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.

5.5 É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de uma instituição financeira, sob pena de afastamento do chamamento público as instituições envolvidas.

6- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

6.1 A Manifestação de Interesse deverá ser encaminhada para o seguinte endereço: Coordenadoria de Compras e Licitações - COOCLIC, na Avenida Presidente Vargas, 670 – 11º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.071-001, a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação deste edital e enquanto perdurar a vigência do credenciamento juntamente com os seguintes documentos:

a) declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos

ainda vigorem;

b) Declaração de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

c) os documentos de habilitação previstos nos itens 9.1.1 e 9.1.2.

6.2. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a instituição financeira será declarada apta, sendo formalizado Termo de Credenciamento (Anexo II deste Edital) e eventual contratação futura, conforme a necessidade da Administração, nos moldes da Minuta Contratual (Anexo III deste Edital).

6.3. O ato de credenciamento será formalizado por meio da assinatura de Termo de Credenciamento e não gera direito à contratação. O início da prestação dos serviços, condiciona-se à celebração do contrato e a autorização da SEFAZ/RJ.

6.4. As Instituições deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no item 9.

6.5 Além dos documentos mencionados no item 7.1, os participantes deverão apresentar fora de qualquer envelope, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, declaração, na forma do Anexo VI – Declaração de inexistência de penalidade, de que não foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei n° 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93);

6.5-A Uma vez recebidos os documentos, a Comissão Permanente de Licitação consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

6.5-B Caso a instituição financeira participante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 7.5-A, com o registro de penalidade que impeça a sua participação no credenciamento ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo à Comissão Permanente de Licitação declarar tal condição.

6.6 A não apresentação da declaração prevista no item 7.5 implicará na desclassificação imediata do participante.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação para participar do presente certame:

7.1.1 Habilitação Jurídica

7.1.1.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do art. 18 da Lei nº 5.764, de 1971, em se tratando de sociedade cooperativa.

7.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a)** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da instituição financeira participante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c)** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da instituição financeira participante, que será realizada da seguinte forma:
 - c.1)** Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN),

que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.1.1) O fornecedor poderá, em substituição à certidão mencionada na alínea c.1, apresentar as seguintes certidões conjuntamente, desde que tenham sido expedidas até o dia 2 de novembro de 2014 e estejam dentro do prazo de validade nelas indicados: Certidão Negativa de Débito ou a Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que a instituição financeira interessada, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.2.1) Caso o fornecedor esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que a instituição financeira, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de a instituição financeira, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

7.1.3. Qualificação Técnica

São condições para a instituição bancária ou financeira ser admitida como AGENTE ARRECADADOR do Estado do Rio de Janeiro:

- 7.1.3.1.**A comprovação de aptidão da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da contratação, nos termos do art. 30, II, da lei 8.666/93.
- 7.1.3.2.**A comprovação de aptidão referida no subitem anterior será feita mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, na forma do artigo 30, II c/c §1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.1.3.3.**O(s) atestado(s) deve(m) comprovar a aptidão para a execução de um quantitativo de 50% (cinquenta por cento) da estimativa total anual de recebimento de documentos de arrecadação para qual a proponente esteja se credenciando, em concordância com o item 5 do Enunciado PGE n.º 39.
- 7.1.3.4.**É considerada parcela de maior relevância técnica o serviço de recebimento de documentos de arrecadação para qual a proponente esteja se credenciando, por se tratar de serviços de maior especificidade e complexidade. Ressalta-se que esse serviço, contudo, não constitui a completude do objeto;
- 7.1.3.5.**Considera-se o seguinte quantitativo para a estimativa total anual de recebimento de DARJ e GNRE.
- a)** DARJ: estima-se o total de 5.762.193 (cinco milhões, setecentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e três) documentos pagos anualmente.
- b)** GNRE: estima-se o total de 4.600.729 (quatro milhões, seiscentos mil, setecentos e vinte e nove) documentos pagos anualmente.
- 7.1.3.6.**Para atendimento do percentual indicado no subitem anterior, será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a serviços realizados compatíveis com a parcela de maior relevância técnica prevista no subitem 11.1.2, que poderá ser comprovado mediante apresentação de atestados comprovando o volume de documentos de arrecadação, boletos bancários e similares recebidos pela instituição financeira, conforme entendimento pacificado pela Tribunal de Contas da União, através do Acórdão 1095/2018 e Acórdão 7982/2017, e pela PGE/RJ, através do item 4 do Enunciado n.º 39 – PGE.
- 7.1.3.7.**O(s) atestado(s) deve(m) conter: o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição emitente como CNPJ, endereço e telefone.
- 7.1.3.8.**Será permitido o somatório de atestados, desde que se refiram a serviços realizados que sejam compatíveis com o objeto desta contratação, conforme entendimento do TCU (Acórdão nº 1.983/2014-Plenário; Acórdão nº 1.231/2012-Plenário e; Acórdão nº 1.890/2006-Plenário).
- 7.1.3.9.**A instituição financeira deverá comprovar que está em situação regular de funcionamento, por meio de apresentação de certidão e/ou declaração emitida pelo BACEN, nos moldes da

7.1.3.10. Apresentar declaração indicando que atende às exigências do Sistema de Arrecadação da SEFAZ-RJ, conforme Anexo I deste Termo de Referência, nos termos do art. 30, §6º da Lei nº 8.666/93.

7.1.3.11. A SEFAZ poderá realizar diligências para verificação da veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica, caso em que a interessada deverá prestar todas as informações e encaminhar todos os documentos necessários para a comprovação.

7.1.4 Qualificação Econômico-Financeira

7.1.4.1 A instituição financeira deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se ela não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

7.1.4.2 Não será causa de inabilitação da instituição financeira a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

7.1.5 Declaração da instituição financeira (Anexo V) de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

7.2 Para fins de consulta direta aos documentos de habilitação, poderá ser apresentado o Certificado de Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Poder Executivo Federal, em substituição aos documentos elencados nos subitens 12.2.1; 12.3.1; 12.4.1 e 12.6.1.

7.3 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

7.4 Não será permitida participação de cooperativas de trabalho.

8. DOS RECURSOS

8.1 Os recursos das decisões serão apresentados por escrito à Comissão, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de divulgação do Resultado do Processo. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Comissão encaminhará o recurso à autoridade superior, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

8.2 A Comissão dará ciência dos recursos aos demais credenciados, que poderão impugná-los no

prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação do credenciado terão efeito suspensivo.

9- DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

9.1 Uma vez homologado o resultado do processo de credenciamento, serão convocados os interessados, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do Termo de Credenciamento.

9.2 Na forma do disposto no Decreto Estadual nº 33. 925 de 18.09.2003, os interessados selecionados deverão apresentar como condição para assinatura do Termo de Credenciamento, declaração de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social, reabilitados, ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I - De cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- II - De duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e uma mil empregados, 4% (quatro por cento);
- IV - Mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

10- DO PRAZO

10.1 O prazo de vigência do contrato decorrente do credenciamento será de 60 (sessenta) meses, contados a partir de sua publicação no D.O.

10.2 Não será admitida a prorrogação do prazo de vigência do contrato, tendo em vista o disposto no no art. 57, II, da Lei 8.666/1993.

11. DA GARANTIA

11.1. Fica dispensada a prestação de garantia contratual para a execução deste objeto, conforme faculta o artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. A justificativa para a dispensa se pauta na ausência de dispêndio financeiro por parte do Estado para custear a execução do serviço.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1.A remuneração da Contratada pela prestação dos serviços se dará exclusivamente por meio de *float* bancário **D+2**, não cabendo qualquer outra remuneração por unidade de documento de arrecadação pago.

12.2.A contratada deverá repassar diariamente para a instituição centralizadora os valores arrecadados assim que vencido o *float* bancário **D+2**.

12.3. O repasse será efetuado por meio de conta corrente da Secretaria de Estado da Fazenda, cujo número e agência serão informados pela contratante durante o processo de contratação.

12.4. Nenhuma remuneração será devida pelo contribuinte aos Agentes Arrecadadores, a título de prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

13.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

13.2 – A CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes multas:

13.2.1 – à multa de R\$20,00 (vinte reais), por documento, na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos subitens 7.2.1 e 7.2.3 do Termo de Referência;

13.2.2 - multa de R\$ 100,00 (cem reais), na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos subitens 7.2.5 e 7.2.6 do Termo de Referência, com acréscimo de 100% (cem por cento) a cada solicitação anterior não atendida;

13.2.3. - À multa de R\$2.00,00 (dois mil reais), na hipótese de descumprimento de qualquer das vedações estabelecidas no subitem 16.14 do Termo de Referência;

13.2.4. - À multa de R\$1.00,00 (um mil reais), por documento adulterado pelo AGENTE ARRECADADOR;

13.2.5. A comissão de fiscalização do contrato entrará em contato para indicar o descumprimento pelo atraso superior a 30 (trinta) minutos no envio do movimento parcial de arrecadação por 3 (três) vezes no mesmo mês e a contar da 4ª (quarta) reincidência, será aplicada multa de R\$ 20,00 (vinte reais) por registro não enviado, até o limite de R\$500,00 (quinhentos reais), na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas no subitem 7.2.4 do Termo de Referência.

13.3.No caso de atraso no repasse, os acréscimos de mora serão calculados utilizando-se os mesmos critérios aplicados aos pagamentos de tributos em atraso, incidindo como segue:

13.3.1. sobre o valor da transferência, nos casos de não cumprimento do prazo;

13.3.2. sobre o valor da diferença, se a transferência, mesmo dentro do prazo fixado, for efetuada em importância inferior à efetivamente arrecadada.

13.4.O recolhimento dos valores das penalidades previstas no subitem 13.2 deste Edital será efetuado pela Contratada por meio documento de arrecadação que a Contratante venha a determinar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da ciência da notificação.

- 13.5.** O recolhimento das penalidades previstas, efetuado fora do prazo, sujeitará o AGENTE ARRECADADOR à atualização monetária calculada com base na UFIR-RJ ou outro índice que venha a ser adotado para atualização dos seus créditos tributários.
- 13.6.** A exigibilidade e/ou pagamento da multa prevista no subitem 22.2.5 não exonera o AGENTE ARRECADADOR da obrigação de efetuar o repasse financeiro relativo ao valor estornado ou cancelado ou de devolver valores indevidamente debitados a que se refere o subitem 16.14.2 deste Termo de Referência.
- 13.7.** O rol das infrações descritas acima é meramente exemplificativo, não excluindo, portanto, a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, e nas demais legislações específicas, assim como o descumprimento das obrigações da contratada previstas no Termo de Referência e no contrato.
- 13.8.** Será admitida a apresentação de justificativa a possibilitar a não aplicação das penalidades, desde que a justificativa da contratada seja aceita pela Equipe de Fiscalização do Contrato.
- 13.9.** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.
- 13.10.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 14 - ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE**
- 14.1** - Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no artigo 73 da Lei 8.666, conforme abaixo:
- 14.1.1.** O recebimento **provisório** do objeto deverá ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis do término do mês referência.
- 14.1.2.** O recebimento **definitivo** será realizado em até 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento provisório. Nesta avaliação o responsável pelo recebimento procederá à análise do objeto, quando então verificará se o serviço foi executado conforme os requisitos e condições exigidos neste Termo de Referência.
- 14.2** - O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.
- 14.3** Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo credenciado, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.
- 14.4** A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros,

decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

14.5 A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

14.6 A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

14.7 A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos itens 14.6 ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

14.8 Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

14.9 No caso do item 16.8., será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

15 – DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 É facultada ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase do chamamento público e do credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

15.2 O presente chamamento público poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

15.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o

do vencimento.

15.4 Ficam os interessados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, durante o processo de chamamento público para credenciamento, qualquer declaração falsa que não corresponda a realidade dos fatos.

15.5. Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo I.A - Modelo de Ordem de Serviços

Anexo I.B – Requerimento de Credenciamento

Anexo I.C – Manual de Arrecadação

Anexo I.D – Termo de Sigilo e Confidencialidade

Anexo II – Termo de Credenciamento

Anexo III – Minuta Contratual

Anexo IV - Carta de Credenciamento

Anexo V - Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXI

Anexo VI – Modelo de Declaração de inexistência de penalidade

15.6. O credenciamento não implicará direito à contratação.

15.7. Para resolução dos casos omissos, serão utilizadas as normas regulamentadoras das atividades de prestação de serviços de arrecadação de tributos estaduais devidos ao Estado do Rio de Janeiro.

15.8. O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2023.

INGRID SASSEN PAZ SANTA BRIGIDA
Superintendente de Compras e Contratos
Ordenadora de Despesas

Rio de Janeiro, 03 fevereiro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid Sassen Paz Santa Brigida, Superintendente**, em 03/02/2023, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **46655846** e o código CRC **989B91F8**.

Referência: Processo nº SEI-040070/000829/2022

SEI nº 46655846

Avenida Presidente Vargas - de 592 a 914 - lado par, 11º - Bairro Centro, @cidade_unidade@/,
CEP 20071-001
Telefone: - www.fazenda.rj.gov.br